

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2022

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2022

"TERMO DE COLABORAÇÃO"

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 13.019/2014, e demais legislações aplicáveis, realizará processo de chamamento público do tipo Termo de Colaboração, para a celebração da parceria de interesse público nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

Recebimento dos envelopes: Até às 07h45min do dia 30 de novembro de 2022.

Local: Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal.

Abertura dos envelopes: As 07h50min do dia 30 de novembro de 2022.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC, localizada na Rua Vitória 503, centro, Lajeado Grande/SC.

2. DO OBJETO

2.1. O presente edital de Chamamento, do tipo Termo de Colaboração, tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil, através de repasse de recursos financeiros para a realização da Exposição da Novilha e Gado Leiteiro durante a realização da Feira Municipal, no período de 8 de dezembro de 2022 a 11 de dezembro de 2022.

2.2. Para celebração da parceria o colaborador deverá:

- a) Dispor de um Médico Veterinário, com Registro no Conselho Regional de Veterinária, e fornecimento de ART durante todos os dias da feira.
- b) Responsabilizar-se pela aquisição de serragem e maravalha em quantidades suficientes para acomodar e acondicionar as novilhas e o gado leiteiro presente na feira durante a exposição e julgamento;
- c) Responsabilizar-se pela aquisição de alimentação volumosa (feno e pré secado) para fornecer a todos os animais presentes no local, nos dias de exposição;
- d) Responsabilizar-se pela contratação do técnico que fará o julgamento dos animais;
- e) Responsabilizar-se pela contratação dos juízes que farão o julgamento das categorias que serão julgadas;
- f) Responsabilizar-se pelas despesas com frete dos animais que virão para feira e retorno;
- g) Responsabilizar-se pela tosquia e preparação de bovinos para apresentação em pista;
- h) Responsabilizar-se pela aquisição de troféus, escarapelas e faixas para premiação dos animais em seus respectivos campeonatos de categorias;
- i) Custear despesas com hospedagens e passagens para jurados e técnicos;
- j) Efetuar o pagamento geral de qualquer premiação envolvida nessa exposição;
- k) Responsabilizar-se pelas despesas de confecção de jalecos para serem usados pelos pisteiros durante o julgamento dos animais;
- l) Responsabilizar-se pelas despesas com alimentação para equipe de trabalho durante a exposição de animais;
- m) Responsabilizar-se pela realização dos exames obitórios de Tuberculose e Brucelose.
- n) A execução do objeto desta parceria deverá iniciar imediatamente após a assinatura do presente termo e a entrega deverá ocorrer durante a feira municipal.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

2.3. O Presente termo terá como valor de Referência o montante de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** pelo período de realização da Feira Municipal 2022, valor que a Administração Pública como parceira irá dispor de pagamentos para a realização dos serviços, objeto do edital.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, as quais seguem:

- a) mínimo de 5 anos de existência (comprovados por meio do cartão de CNPJ com situação ativa);
- b) contenha no seu estatuto atividades relacionadas com o Setor Agropecuário;

3.2. Não poderão celebrar qualquer modalidade de parceria com a Administração Pública, as organizações da sociedade civil:

- a) não constituídas regularmente ou estrangeira sem autorização de funcionamento no Brasil;
- b) não tenham prestado contas em parceria anterior (a expressão parceria aqui deve ser compreendida amplamente, querendo significar quaisquer formas de contratações anteriores, assim termos, contratos de gestão, e outras formas de repasses públicos);
- c) cujo dirigente seja agente político, dirigente de órgão ou ente da Administração Pública, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- d) que tenham contas rejeitadas nos últimos 5 (cinco) anos, sem sanar irregularidade e quitar débitos;
- e) que tenha recebido punição de suspensão de participar de licitação ou impedimento em contratar com a administração, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade nos termos da Lei 13.019/14;
- f) que tiveram as contas julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas nos últimos 8 (oito) anos;
- g) que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- h) que tenha entre seus dirigentes pessoa que tenha tido contas julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas nos últimos 8 anos, responsável por falta grave e inabilitada para cargo em comissão ou função de confiança, responsável por ato de improbidade.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CHAMAMENTO:

4.1 O chamamento será conduzido pelo Presidente da Comissão de Licitações do Município, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas;
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- e) Verificar a habilitação do colaborador classificado em primeiro lugar;
- f) Declarar o vencedor;
- g) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- h) Elaborar a ata da sessão;
- i) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar o termo;
- j) Convocar o vencedor para assinar o termo no prazo estabelecido.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

5.1 Os envelopes contendo a documentação de habilitação **(ITEM 8)** e as propostas **(ITEM 07)** deverão ser indevassáveis, fechados e protocolados conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Os envelopes deverão ser Protocolados no Setor de Licitações e Contratos do Município, situado à Rua Vitória 503, centro, Lajeado Grande/SC, até às 07h45min do dia 30 de novembro de 2022.

5.2 Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE
CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022 – TERMO DE COLABORAÇÃO NOME DA
SOCIEDADE CIVIL - COLABORADOR

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento e abertura dos envelopes e demais atos **dar-se-á às 07h50min do dia 30 de novembro de 2022, na sala do** Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC, na Rua Vitória, 503, centro, Lajeado Grande/SC.

6.2. O representante da entidade colaboradora deverá apresentar-se pelo seu Presidente, devidamente munido de:

- a) Cópia da Cédula de identidade;
- c) Original ou cópia autenticada, do ato constitutivo ou do estatuto com sua última alteração.

6.3. Poderá a colaboradora ser representada por representante legal, desde que munido de procuração.

7 DAS PROPOSTAS, VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E PLANO DE TRABALHO

7.1 As propostas dos colaboradores **deverão obrigatoriamente ser entregues impressas**, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais participantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar (Modelo Anexo I):

- a) Razão social, endereço, telefone, e o CNPJ da proponente;
- b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) Data;

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

d) O colaborador deverá ainda preencher os **Dados Bancários p/ Crédito dos Pagamentos**, de acordo com modelo no Anexo I;

7.2 O valor do repasse será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

7.3. DO PLANO DE TRABALHO

7.3.1 O Plano de Trabalho deverá ser preenchido conforme o modelo anexo II ao Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

Para habilitação a sociedade civil deverá apresentar:

8.1 Cópia do Ato Constitutivo ou Estatuto Consolidado com suas alterações;

8.2 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;

8.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

8.5 Prova de Regularidade com a Secretaria da Receita Federal e a Dívida Ativa da União;

8.6 Prova de Regularidade com FGTS;

8.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.8 Certidão Negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado.

8.9 Declaração de não emprego de menores (conforme Anexo III do edital).

8.10 Apresentação de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do chamamento através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório de capacidade técnica para atendimento ao objeto.

8.11 Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

8.12 Relação nominal dos dirigentes, com endereço, número do RG e CPF de cada um.

NOTAS 1:

a) As certidões negativas que não possuem prazo de validade serão consideradas válidas até 60 (sessenta) dias da data de emissão, exceto as emitidas pela Internet;

b) Todas as fotocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet.

9. SESSÃO DO CHAMAMENTO

9.1 Após o encerramento do chamamento e identificação dos representantes das colaboradoras, o Presidente declarará aberta à sessão e dará início a escolha da melhor proposta, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9.2 Da Classificação das Propostas

9.2.1 O Presidente procederá à abertura dos envelopes que contêm as propostas avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

9.2.2 Caso duas ou mais propostas em igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

9.3 Do Julgamento

9.3.1 O critério de julgamento será exclusivamente o de **pontuação, que obedecerá a seguinte sistemática:**

9.3.2 Entidade relacionada com produtores do município – dez pontos;

9.3.3 Entidade que possua maiores anos de experiência na prestação do objeto – um ponto para cada ano de experiência após o terceiro ano de sua constituição.

9.3.4 Em caso de empate será realizado sorteio;

10. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Inexistindo manifestação, o Presidente adjudicará o objeto do chamamento ao vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALIDADE DO PROCESSO.

11.1 A despesa decorrente deste chamamento correrá por conta das dotações orçamentárias vigentes de cada exercício financeiro, sendo a corresponde as parcelas do exercício de 2022 a seguinte rubrica:

10.001 – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

1.016 – Promoção da Indústria e Comércio

80 – 35.90.00.00.00.00

11.2 A validade do processo a que trata o presente termo será pelo período da realização da feira 2022, conforme estabelecido em termo de colaboração, podendo ser prorrogado por interesse da Administração, mediante termo aditivo nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

12. DAS OBRIGAÇÕES

12.1 DO COLABORADOR:

12.1.1 Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do termo de colaboração;

12.1.2 Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo;

12.1.3 Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64 Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

12.1.4 Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

12.1.5 Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

12.1.6 Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto;

12.1.7 Prestar os valores recebidos e contas finais dos recursos recebidos em até 90 (noventa dias) do término da vigência da parceria.

12.1.8 Dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

12.1.9 Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

12.1.9.1 remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo - terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais,

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

desde que tais valores:

12.1.9.2 correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

12.1.9.3 sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua não superior ao teto do Poder Executivo;

12.1.9.4 sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada;

12.1.9.5 diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

12.1.9.6 multas e encargos vinculados a atraso no cumprimento de obrigações previstas nos planos de trabalho e de execução financeira, em consequência do inadimplemento da administração pública em liberar, tempestivamente, as parcelas acordadas;

12.1.9.7 aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

12.1.10 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pela administração pública não gera vínculo trabalhista com o ente transferidor.

12.1.11 A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas não transfere à União a responsabilidade por seu pagamento.

12.1.12 Serão detalhados, no plano de trabalho, os valores dos impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais incidentes sobre as atividades previstas para a execução do objeto, de responsabilidade da entidade, a serem pagos com os recursos transferidos por meio da parceria, durante sua vigência.

12.1.13 Não se incluem na previsão do item 12.1.11 os tributos de natureza direta e personalíssima que onerem a entidade.

12.1.14 Desenvolver as seguintes atividades de acordo com o anexo I deste Edital:

12.1.15 É vedado pagar a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos desta parceria.

13. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL, DO GESTOR/FISCAL E DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO:

13.1 O presente termo terá como Gestora/Fiscal a **Sr. Patrik Cavaletti**, o qual terá as seguintes incumbências, conjuntamente com a comissão de monitoramento e avaliação de:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

c) Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

d) Disponibilizar estrutura (materiais e equipamentos) para as atividades de monitoramento e avaliação;

13.1.1 A Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, e será composta por agentes públicos dos quais 2/3 devem ser titulares de cargos permanentes.

13.1.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

13.1.3 Itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

- a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;
- b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;
- d) menção aos valores pagos na forma do art. 54 da Lei nº 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;
- e) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;
- f) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

13.2 Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

14. DAS PENALIDADES:

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

14.1 advertência;

14.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.3 declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

14.4. A sanção estabelecida no item 14.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

15.2 Será dada vista aos colaboradores proponentes dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

15.3 É facultado ao Presidente ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

15.4 O presente chamamento poderá ser revogado por razões de interesse público, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

15.5 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente chamamento serão prestadas pelo Presidente, através do e-mail: compraslajeadogrande@gmail.com ou telefone (49) 3355-0012.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

16 ANEXOS DO EDITAL

16.1 Integram este Edital, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Modelo de Proposta/Dados Bancários para Pagamentos;
- b) Anexo II – Plano de Trabalho;
- c) Anexo III – Modelo Declaração de Menores;
- d) Anexo IV – Minuta Termo de Colaboração.

Lajeado Grande, 27 de outubro de 2022.

ANDERSON ELIAS BIANCHI
PREFEITO MUNICIPAL

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

ANEXO I

Modelo Proposta

Nome da entidade (razão social):

Endereço:

Cidade: UF: CEP:

CNPJ n.: Telefone/fax:

e-mail.....

ITEM	OBJETO	Valor	Repasse
		R\$	
01	Termo de Colaboração, tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil, através de repasse de recursos financeiros para a realização da Feira Municipal, no período de 8 de dezembro a 11 de dezembro de 2022.		

DADOS BANCÁRIOS P/ CRÉDITO DOS PAGAMENTOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

....., .. de de 2022

(Nome e assinatura do responsável)

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO 1/3

1. DADOS CADASTRAIS

Colaborador				CNPJ	
Endereço				Bairro	
Cidade Xanxerê	UFSC	CEP 89.820-000	DDD/telefone		Inscrição no CMAS
Conta Corrente		Banco	Agência		Praça de pagamento
Nome do Responsável				CPF	
CI/ Órgão Exp.		Cargo	Função		Matrícula
Endereço		Bairro	Cidade	CEP 89820-000	DDD/Telefone

2. OUTROS PARTICIPES

Nome			CNPJ/CPF	
Endereço		Bairro	Cidade	CEP

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa da Proposição		

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

PLANO DE TRABALHO 2/3

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
	Fase		Unidade	Quantidade	Início	Término

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Natureza das despesas		Total	Administração Pública	Colaborador
Código	Especificação			
Total Geral				

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

PLANO DE TRABALHO 3/3

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

Administração Pública

Meta				abr	mai	jun

Colaborador (contrapartida)

Meta				abr	mai	jun

7. DEFERIMENTO SOLICITADO

_____ Local e data
_____ Colaborador

8. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido	
Local e data	Administração Pública
Indeferido	
Local e data	Administração Pública

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

A , inscrita no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal o Sr. , portador da carteira de identidade nº. e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, de 2022.

.....
Nome e carimbo do representante legal da empres

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 000/2022

O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ANDERSON ELIAS BIANCHI**, portador da R.G. nº _____ e CPF sob o nº _____, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Lajeado Grande/SC denominado para este instrumento particular, simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e do outro lado a associação _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede, _____, n.º _____, no Município de _____ - Estado de _____, inscrita no CNPJ n.º _____/____-__, representada neste ato pelo, Sr.(a) _____, brasileiro (a), residente e domiciliado na cidade de _____ - ____, portador do CPF n.º _____-__, denominada para este instrumento particular simplesmente de **COLABORADOR**, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO para que o COLABORADOR ofereça o serviço de, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx conforme as condições adiante estabelecidas, decorrentes de seleção através do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2022 - EDITAL DE **CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2022**, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, na Lei n.º 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente edital de Chamamento, do tipo Termo de Colaboração, tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil, através de repasse de recursos financeiros para a realização da Exposição da Novilha e Gado Leiteiro durante a realização da Feira Municipal, no período de 8 de dezembro de 2022 a 11 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DE REFERÊNCIA

2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará ao COLABORADOR a quantia de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

3.1 O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho apresentado no Edital Chamamento Público 001/2022.

3.2 Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E O PRAZO DO TERMO

4.1 A execução do objeto desta parceria deverá iniciar imediatamente após a assinatura do presente termo e a entrega deverá ocorrer durante a Feira Municipal 2022;

4.2 O presente termo terá vigência até 31/12/2022, a contar de sua publicação.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento vigente, conforme segue:

10.001 – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
1.016 – Promoção da Indústria e Comércio
80 – 35.90.00.00.00.00

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES.

6.1 DO COLABORADOR

- 6.1.1 Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do termo de colaboração;
- 6.1.2 Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo;
- 6.1.3 Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64 e Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina;
- 6.1.4 Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
- 6.1.5 Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;
- 6.1.6 Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto, cláusula 2.
- 6.6 Prestar mensalmente dos valores recebidos e contas finais dos recursos recebidos em até 90 (noventa dias) do término da vigência da parceria.
- 6.1.7 Dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

6.1.8 Desenvolver as seguintes atividades:

- 6.1.9 Dispor de um Médico Veterinário, com Registro no Conselho Regional de Veterinária, e fornecimento de ART durante todos os dias da feira.
- 6.1.10 Responsabilizar-se pela aquisição de serragem e maravalha em quantidades suficientes para acomodar e acondicionar as novilhas e o gado leiteiro presente na feira durante a exposição e julgamento;
- 6.1.11 Responsabilizar-se pela aquisição de alimentação volumosa (feno e pré secado) para fornecer todos os animais presentes no local, nos dias de exposição;
- 6.1.12 Responsabilizar-se pela contratação do técnico que fará o julgamento dos animais;
- 6.1.13 Responsabilizar-se pela contratação dos juízes que farão o julgamento das categorias que serão julgadas;
- 6.1.14 Responsabilizar-se pelas despesas com frete dos animais que virão para feira;
- 6.1.15 Responsabilizar-se pela tosquia e preparação de bovinos para apresentação em pista;
- 6.1.16 Responsabilizar-se pela aquisição de troféus, escarapelas e faixas para premiação dos animais em seus respectivos campeonatos de categorias;
- 6.1.17 Custear despesas com hospedagens e passagens para jurados e técnicos;
- 6.1.18 Efetuar o pagamento geral de qualquer premiação envolvida nessa exposição;
- 6.1.19 Responsabilizar-se pelas despesas de confecção de jalecos para serem usados pelos pisteiros durante o julgamento dos animais;
- 6.1.20 Responsabilizar-se pelas despesas com alimentação para equipe de trabalho durante a exposição de animais;
- 6.1.21 Responsabilizar-se pela realização dos exames obitórios de Tuberculose e Brucelose.
- 6.1.22 A execução do objeto desta parceria deverá iniciar imediatamente após a assinatura do presente termo e a entrega deverá ocorrer durante a feira municipal.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

6.2 DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.2.1 O presente termo terá como Gestora/Fiscal a **Sr. Patrik Cavaletti**, o qual terá as seguintes incumbências, conjuntamente com a comissão de monitoramento e avaliação de:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;
- c) Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
- d) Disponibilizar estrutura (materiais e equipamentos) para as atividades de monitoramento e avaliação.

6.2.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, e será composta por agentes públicos dos quais 2/3 devem ser titulares de cargos permanentes.

6.2.3 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão.

6.2.4 Itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

- g) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;
- h) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- i) relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;
- j) menção aos valores pagos na forma do art. 54 da Lei nº 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;
- k) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;
- l) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

6.3 Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO COLABORADOR

7.1 Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

7.2 As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados do COLABORADOR no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.3 Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

8.2 A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

CLÁUSULA NONA- DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

9.1 advertência;

9.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.3 declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

9.4. A sanção estabelecida no item 9.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DECIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei Federal nº13.019/2014.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 Este Contrato poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integram este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, as peças constantes do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2022 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022.**

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.



Processo Administrativo nº 088/2022
Edital de Chamamento Público nº 001/2022

Lajeado Grande/SC, em __ de _____ de 2022.

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE COLABORADOR

TESTEMUNHAS: